

## ARTIGO 8.º

## (Uso das reservas internacionais pelo Banco Nacional de Angola)

1. A utilização das reservas internacionais para efeito de gestão da política monetária e cambial por parte do Banco Nacional de Angola deve obedecer aos princípios de eficiência e de gestão transparente, procurando atender prontamente as necessidades de divisas do mercado, tendo, no entanto, sempre presente a necessidade de acumulação de reservas para preservar a estabilidade da moeda e, em última instância, dos preços na economia.

2. Os montantes excedentes de Reservas Internacionais podem ser aplicados nos mercados internacionais de acordo com regras prudenciais e de padrão de risco adequados ao perfil do Banco Central, tipificados nas Linhas Mestras de Investimento das Reservas Internacionais.

## ARTIGO 9.º

## (Regras de divulgação das reservas internacionais)

1. As Reservas Internacionais, devem ser divulgadas mensalmente, cinco dias após o término do mês a que se referem, no formato que consta em anexo do presente quadro conceptual.

2. O Banco Nacional de Angola deve actualizar a metodologia de relato das Reservas Internacionais de acordo com o padrão estabelecido pelas instituições financeiras multilaterais e garantir a sua disseminação de acordo com os mesmos.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## ANEXO I

**Mapa de Divulgação Mensal das Reservas Internacionais**

**Tabela 1: Activos de Reserva Oficial**  
(em milhões de USD)

**A. Activos de Reserva Oficial**

1. Reservas em moeda estrangeira:

a) Títulos;

Dos quais: Emitidos por instituições com origem no País de reporte mas domiciliadas no exterior.

b) Moeda e depósitos junto de:

- i) Outros Bancos Centrais, BIS e FMI;
- ii) Bancos com origem no País de reporte dos quais: domiciliados no exterior;
- iii) Bancos com origem no estrangeiro dos quais domiciliados no país de reporte.

- 2. Posição de Reservas de FMI.
- 3. Direitos Especiais de Saque (DES).
- 4. Ouro.
- 5. Outros activos de reservas (especificar)

Derivados financeiros;  
Empréstimos não bancários a não residentes;  
Outros.

**Outros activos de reservas (especificar)**

Títulos não incluídos nos activos de reserva oficial;  
Depósitos não incluídos nos activos de reserva oficial;  
Empréstimos não incluídos nos activos de reserva oficial;  
Derivados financeiros não incluídos nos activos de reserva oficial;  
Ouro não incluídos nos activos de reserva oficial;  
Outros.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**Decreto Presidencial n.º 254/11**

de 26 de Setembro

O Sistema Hidráulico do Kikuxi, actualmente sob gestão do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas através do Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi, com a finalidade primária de irrigação do perímetro agrícola do Kikuxi, tem vindo de maneira supletiva a contribuir com 70% do fornecimento de água para o consumo humano a Cidade de Luanda;

Havendo necessidade de se garantir o abastecimento normal de água potável aos aglomerados habitacionais da Província de Luanda, atribuição principal do Ministério da Energia e Águas, através da Empresa Pública de Águas de Luanda — EPAL;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea *d*) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — A transferência provisória da gestão do Sistema Hidráulico do Kikuxi situado na Zona do Kikuxi, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para o Ministério da Energia e Águas.

Artigo 2.º — O Sistema Hidráulico do Kikuxi, cuja gestão é transferida, abrange:

- a*) Tomada de água do Rio Kwanza, na localidade de Kapiapia, na Comuna de Calumbo;
- b*) Canal inferior não revestido, a céu aberto com 5,7Km, da localidade de Kapiapia à Kassaque;
- c*) Estação de bombagem de Kassaque que alberga 8 (oito) bombas, sala de comando e 4 (quatro) bombas aríetes;
- d*) 2 (Duas) condutas de aço soterradas de 120mm de diâmetro de adução forçada de água da Estação do Kassaque ao Canal Superior;
- e*) Canal superior de 15,2Km revestido a céu aberto, no planalto arenoso de Viana;
- f*) Estação de tratamento de água potável do Kikuxi e a respectiva sala de comandos, com capacidade de 1,8m³/s destinada a população de Viana e arredores.

Artigo 3.º — A transferência referida nos números anteriores engloba ainda o pessoal afecto aos subsistemas de captação e tratamento de água do Sistema Hidráulico do Kikuxi para o Ministério da Energia e Águas.

Artigo 4.º — A componente da gestão do sistema de água para irrigação permanece no Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi.

Artigo 5.º — Tão logo se construa um sistema novo exclusivamente destinado ao abastecimento da água potável a Província de Luanda, cessa automaticamente a gestão provisória do Sistema Hidráulico do Kikuxi, por parte do Ministério da Energia e Águas, voltando o mesmo a tutela anterior e a desempenhar de forma exclusiva o seu objecto primário que é a irrigação.

Artigo 6.º — O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através do GADAHKI e o Ministério da Energia e Águas, através da EPAL-E. P., devem elaborar um protocolo que define dentre outras as formas de cooperação e salvaguarde as responsabilidades do

GADAHKI, no que tange a gestão da água bruta, o licenciamento das componentes irrigação dos campos agrícolas, bem como de interlocutor dos agricultores junto da Empresa Pública de Águas de Luanda, EPAL-E. P.

Artigo 7.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 31 de Agosto de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Setembro de 2011.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

---

### **Decreto Presidencial n.º 255/11**

**de 26 de Setembro**

Considerando as relações de amizade entre a República de Angola e a República da Guiné Conacry assentes no Acordo Geral de Cooperação Económica, Técnico-Científica e Cultural, celebrado entre as Partes, pelo qual estas comprometem-se a intensificar a colaboração entre si, particularmente na área económica, financeira e comercial;

Atendendo a intenção das Partes em estender a sua cooperação em outros domínios de interesse recíproco como nos sectores petrolífero e mineiro;

Considerando que o estreitamento dessa cooperação beneficia o desenvolvimento económico e social dos países e povos assentes nos princípios de vantagens recíprocas e respeito pela soberania de cada Estado;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea *f*) do n.º 4 do artigo 134.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Protocolo de Cooperação Económica e Financeira entre a República de Angola e a República da Guiné Conacry, celebrado aos 12 de Agosto de 2011.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que se suscitarem na interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.